Handwritten signature and initials in black and blue ink.

Relatório & Contas
Minhocom – Gestão de Infraestruturas
de Telecomunicações, E.I.M.

31 de dezembro de 2012

Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2 - ATIVIDADE DA EMPRESA	15
3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	19
4 - PERSPETIVAS FUTURAS	19
5 - AÇÕES PRÓPRIAS	19
6 - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	20
7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
8 - OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	20
9 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	20
10 - NOTA FINAL	21
B) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	22
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	23
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	24
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	25
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	26
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	27
C) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	50
D) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	51
E) ÓRGÃOS SOCIAIS	52
F) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	53

A) Relatório de Gestão

Ex.mos Senhores Acionistas,

A Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2012.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a evolução positiva ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da empresa e dos centros de negócios que a compõem, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1 - Enquadramento macroeconómico

1.1 - Quadro macroeconómico internacional

A atividade económica mundial voltou a registar um abrandamento em 2012, refletindo, contudo, ritmos de crescimento bastante diferenciados nas diferentes regiões do globo. Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 3,8%, enquanto que em 2012 terá aumentado cerca de 3,3%, segundo fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia (CE).

De acordo com as previsões do FMI, o crescimento do PIB das economias avançadas manteve-se fraco, situando-se em 1,3% em 2012, menos 0,3 p.p. do que em 2011. Num quadro de menor procura por parte das economias avançadas, as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento registaram também um menor dinamismo, crescimento de 5,3% em 2012 face a um crescimento de 6,2% em 2011.

O enquadramento da economia mundial em 2012 continuou marcado por um elevado nível de incerteza, que se manifestou na persistente volatilidade dos mercados financeiros, na diminuição da confiança dos agentes económicos e no aumento dos índices de incerteza para a área euro e para os Estados Unidos.

Na área euro persistem dúvidas quanto à disponibilidade das autoridades nacionais na implementação de políticas necessárias para a resolução da crise da dívida soberana e quanto à capacidade de cumprimento das metas orçamentais em alguns países, num quadro de fraco crescimento económico. Nos Estados Unidos, a principal fonte de incerteza está relacionada com as dúvidas existentes quanto à orientação futura da política orçamental, atendendo à

cessação de uma série de medidas de estímulo à economia no final de 2012 e aos cortes automáticos na despesa previstos para o início de 2013.

A eventual ausência de uma resposta credível das autoridades europeias e norte-americana nestas matérias contribuirá para a manutenção do elevado grau de incerteza e para uma revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico, mesmo no curto prazo, tornando ainda mais complexo o processo de ajustamento da economia portuguesa.

Indicadores Macroeconómicos	2010	2011	2012 ^(e)
PIB:			
EUA	2,4	1,8	2,5
UNIÃO EUROPEIA	2,1	1,5	-0,4
ÁREA EURO	2,0	1,4	-0,6
JAPÃO	4,7	-0,6	0,5

Fonte: GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

A desaceleração da atividade económica esperada em 2012 é comum à generalidade dos países da área euro. Para esta desaceleração terão contribuído a manutenção de condições financeiras desfavoráveis e o processo de consolidação orçamental em curso em vários países europeus. A fraqueza da atividade económica nos países da área euro que registam tensões nos mercados de dívida soberana, a par da persistência de um elevado nível de incerteza, terá sido transmitida às restantes economias da área euro, nomeadamente através da diminuição da confiança das famílias e das empresas.

Em 2012, o FMI estima uma contração do PIB de 0,6% na área euro. No caso dos dois maiores parceiros comerciais da economia portuguesa, estima-se uma contração do PIB de 1,5% em Espanha e um abrandamento significativo na Alemanha, de 3,1% em 2011 para 0,9% em 2012. Nas restantes economias da área, a atividade deverá contrair-se no Reino Unido, em Portugal, em Itália e nos Países Baixos e permanecer estagnada em França.

Após o crescimento significativo dos preços das matérias-primas em 2010 e 2011, em 2012 deverá registar-se uma desaceleração dos preços. Dado o abrandamento da procura das principais economias avançadas e emergentes, os preços da generalidade das matérias-primas não energéticas registaram uma diminuição no ano de 2012. Esta tendência foi atenuada por uma trajetória ascendente dos preços internacionais dos cereais. No que respeita aos preços internacionais do petróleo, a evolução em 2012 divergiu da tendência de queda dos preços internacionais das restantes matérias-primas. Os preços do petróleo exibiram alguma volatilidade ao longo do ano, situando-se, em média, no valor de 109USD/bbl (83€/bbl), resultado de uma redução da procura esperada de petróleo e de um aumento da oferta proveniente dos países não pertencentes à OPEP. Neste contexto, e dada a diminuição da taxa de utilização dos

fatores produtivos nas economias avançadas, as previsões do FMI apontam para uma redução do crescimento médio anual dos preços no consumidor nas economias avançadas, de 2,7% em 2011 para 1,9% em 2012. Nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, a inflação deverá permanecer elevada em 2012, apesar da redução de 1,1 p.p. face a 2011 (6,1% em 2012).

Em linha com a contração da atividade, as condições do mercado na área euro agravaram-se consideravelmente, prevendo-se um aumento significativo do desemprego, em particular nas economias em ajustamento. De acordo com a CE, a taxa de desemprego subiu para 10,7% na União Europeia e 11,7% na área euro.

Indicadores Macroeconómicos	2010	2011	2012 ^(e)
Inflação:			
EUA	1,6	3,2	1,8
UNIÃO EUROPEIA – 27	2,1	3,1	2,4
ÁREA EURO	1,6	2,7	2,2
JAPÃO	-0,7	-0,3	-0,4
Taxa de Desemprego:			
EUA	9,6	9,0	7,7
UNIÃO EUROPEIA – 27	9,6	9,7	10,7
ÁREA EURO	10,1	10,2	11,7
JAPÃO	5,1	4,6	4,2
Índice de Produção Industrial:			
EUA	5,4	4,1	2,5
UNIÃO EUROPEIA – 27	6,7	3,2	-3,2
ÁREA EURO	7,3	3,4	-3,9
JAPÃO	16,6	-2,3	-6,8

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEAR/ Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

Os mercados financeiros internacionais foram caracterizados por uma elevada volatilidade resultante de flutuações consideráveis na aversão ao risco que decorre da crise da dívida soberana na área euro e da incerteza quanto à capacidade de resposta das autoridades. Neste contexto, o BCE procurou intensificar e acelerar o processo de integração europeia, anunciando a criação de uma união bancária europeia, de forma a salvaguardar a singularidade da política monetária e preservar o euro. Os mercados financeiros reagiram favoravelmente a este anúncio, assistindo-se a uma redução das taxas de rendibilidade da dívida pública nos países sobre pressão.

Num quadro de abrandamento e contração da atividade económica, a política monetária tornou-se mais expansionista à escala global, assistindo-se a uma redução das taxas de juro praticadas pelos bancos centrais. As taxas de juro de curto prazo diminuíram significativamente na área euro e nos EUA, assim como as taxas de juro de longo prazo. Apesar da fragilidade da situação económica da área euro, assistiu-se, no final de 2012, a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros associados à dívida soberana, devido aos progressos feitos na união bancária europeia, na reestruturação do setor bancário espanhol e no acordo alcançado com o FMI relativamente à dívida grega.

No final de dezembro de 2012, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 0,187%, 0,320% e 0,542%, respetivamente.

Taxas de Juro Referência	2010	2011	2012
Zona Euro	1,00	1,00	0,75
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,30	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2010	2011	2012
Zona Euro			
Eonia	0,44	0,46	0,08
Euribor 1 mês	0,57	1,18	0,11
Euribor 3 meses	0,81	1,39	0,19
Euribor 6 meses	1,08	1,64	0,36
Euribor 12 meses	1,35	2,01	0,59
EUA			
Libor 3 meses	0,34	0,35	0,31
Japão			
Libor 3 meses	0,23	0,22	0,19

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, média anual

Em dezembro de 2012 registou-se uma apreciação do euro face ao dólar americano, situando-se nos 1,319 dólares no final do ano, o valor mais elevado desde finais de março de 2012. Esta evolução reflete, em parte, os progressos verificados na construção da união bancária europeia, com impacto na melhoria das condições de financiamento dos países mais atingidos pela crise da dívida soberana.

Dívidas	2010	2011	2012
EUR/USD	1,336	1,318	1,319
EUR/JPY	108,65	102,55	113,61
EUR/GBP	0,861	0,844	0,816
EUR/CHF	1,250	1,228	1,207

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Dívidas, no final do período

Adicionalmente, assistiu-se a uma valorização do principal índice bolsistas dos EUA e a uma desvalorização dos principais índices bolsistas da zona euro e Japão.

Mercados Bolsistas	2010	2011	2012
Dow Jones EURO STOXX	13,4	-3,4	-6,5
Nikkei 225	7,3	-5,7	-3,5
Standard & Poors 500	20,3	11,4	8,7

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Variação Percentual

Em 2012, o preço das matérias-primas não energéticas, metais e bens agrícolas, apresentou uma desaceleração significativa, devido sobretudo à quebra dos preços dos metais, dos produtos industriais e agrícolas. O preço do barril do petróleo diminuiu face a 2011, em resultado da redução da procura mundial. O preço do petróleo *Brent* em 2012 rondou, em média, os 109 dólares por barril.

Materias-primas	2010	2011	2012 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	80,22	110,82	109,2
Bens Agrícolas (2)	33,8	22,7	-12,6
Metais (2)	48,2	13,5	-16,8

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
(e) - estimativa

O FMI prevê ainda que o volume de comércio de bens e serviços cresça 3,2% em 2012, o que compara com 5,8% em 2011. O ritmo de crescimento das importações das economias avançadas deverá reduzir substancialmente de 4,4% em 2011 para 1,7% em 2012. As previsões apontam também para um menor dinamismo das importações das economias de mercados emergentes, as quais deverão crescer 7% em 2012 (8,8% em 2011).

Um traço comum à evolução dos principais parceiros comerciais de Portugal, pertencentes à área do euro, é a redução significativa do contributo da procura interna para o crescimento do PIB no período após a crise financeira, especialmente nos países sob pressão. Prevê-se uma contração acentuada da procura interna em Espanha e Itália. O abrandamento da procura interna nos principais parceiros comerciais de Portugal, conjugado com a desaceleração das exportações, deverá traduzir-se numa diminuição das importações de bens e serviços destas economias. Neste contexto, o crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa reduziu-se significativamente de 3,4% em 2011 para 0,3% em 2012. A desaceleração da procura externa é particularmente adversa no contexto atual em que, devido ao processo de ajustamento, a economia portuguesa depende mais do que habitualmente das exportações como motor de crescimento da procura global.

1.2 - Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa intensificou em 2012 o processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, num contexto de restritas condições monetárias e financeiras e de manutenção de uma política orçamental contracionista. Neste quadro, observou-se uma deterioração da posição cíclica da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego. A correção dos desequilíbrios acumulados no passado desenrola-se num quadro de grande incerteza. Com efeito, as dificuldades e os riscos decorrentes do processo de ajustamento têm sido agravados pela elevada incerteza quanto à evolução da economia internacional e à resolução da crise da dívida soberana na área do euro.

De acordo com as atuais projeções, a atividade económica apresentará uma contração de 3% em 2012 e 1,6% em 2013 e o défice orçamental ficará nos 5,25% do PIB, 0,25 p.p. acima da meta definida pelo FMI para 2012. A orientação contracionista da política orçamental e as condições de financiamento restritivas, conjugadas com expectativas desfavoráveis quanto à evolução da atividade e do mercado de trabalho, com a perceção de uma redução do rendimento disponível e a constituição de poupanças por motivos de precaução, justificaram uma forte redução do consumo das famílias. Adicionalmente, as expectativas de redução na procura interna, o elevado nível de incerteza e as restrições monetárias e financeiras, contribuiram para a manutenção de um desempenho negativo no investimento, que se manterá em 2013. Em sentido inverso, as exportações de bens e serviços deverão continuar a registar um crescimento assinalável em 2013. A evolução das exportações decorre num contexto de elevada incerteza e

deterioração da atividade económica nos principais parceiros comerciais de Portugal, sendo assinalável a existência de fortes ganhos de quota de mercado.

Indicadores Macroeconómicos	2010	2011	2012 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,5	-3,8	-5,8
- Consumo Público	0,1	-4,3	-3,9
- FBCF	-3,1	-10,7	-14,9
- Exportações	10,2	7,2	6,3
- Importações	8,0	-5,9	-4,7
- PIBpm	1,4	-1,7	-3,0
Inflação			
Índice de Produção Industrial - IT	2,0	-0,9	-3,0
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	9,3	5,7	-5,3
Índice PSI 20	-10,34	-27,6	2,9
Taxa de Desemprego	10,8	12,7	15,7

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

A deterioração da posição cíclica da economia portuguesa manifesta-se também na subutilização dos fatores produtivos, introduzindo pressões descendentes nos preços dos bens e nos custos do trabalho. A taxa de variação média do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) desacelerou em 2012 para 1,9% (3,5% em 2011), apesar do aumento da tributação indireta. Os custos unitários do trabalho apresentaram uma nova redução em 2012, resultado do aumento da produtividade e de uma diminuição significativa das remunerações.

Assistiu-se a uma continuada deterioração das condições no mercado de trabalho, redução de emprego em termos líquidos e aumento da taxa de desemprego para níveis historicamente elevados, 16,9% no 4.º trimestre de 2012, situando-se a taxa de desemprego anual nos 15,7%, face a 12,7% em 2011.

A gestão da dinâmica do processo de ajustamento da economia portuguesa coloca importantes desafios de política. O reforço do consenso social em torno das linhas orientadoras do processo de ajustamento é condição fundamental para a manutenção da credibilidade junto dos mercados financeiros internacionais e das autoridades internacionais e, conseqüentemente, para o sucesso do programa de ajustamento. A promoção do crescimento económico assente na dinâmica das exportações, protagonizada pelo setor privado e beneficiando do papel catalisador do setor público, poderá constituir um importante fator agregador.

1.2.2 - O Setor das Telecomunicações

O ano de 2012 foi marcado pelo agravamento da recessão económica em Portugal e o mercado das telecomunicações não foi indiferente a este contexto. Fruto das medidas de consolidação orçamental e da deterioração das condições de crédito da banca às empresas e particulares, assistiu-se a uma contração da procura interna em 2012, que se traduziu numa diminuição de 7% na faturação do conjunto dos operadores, até um valor total de 6.800 milhões de euros.

Apesar da quebra da faturação, o número de operadores ativos no mercado foi de 85.

Ao nível da regulação do setor, o ano arrancou com o impacto da transposição para a Legislação Nacional do Novo Quadro Regulamentar para as Comunicações Eletrónicas, que aconteceu no final de 2011, e que procedeu às alterações necessárias à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro). Nesse novo enquadramento há um enfoque na responsabilidade e na independência da Autoridade Reguladora Nacional (ARN), aproximando no entanto a sua atuação à Comissão Europeia ("Comissão") e ao Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE), reforçando também a colaboração com a Autoridade da Concorrência (AdC).

As alterações introduzidas refletir-se-ão ao nível da flexibilidade na gestão, acesso e utilização de frequências, da proteção de utilizadores, particularmente através do reforço de poderes da ANACOM. Destacam-se ainda medidas sobre o acesso aos serviços por utilizadores com deficiência, obrigações relacionadas com informação contratual prestada pelos operadores, a limitação dos períodos de fidelização inicial a um máximo de 24 meses, medidas sobre o tratamento de reclamações e o alargamento do barramento de serviços do Audiotexto a SMSs e MMSs.

A nível da Segurança de Redes e Serviços passaram a existir várias obrigações para os operadores e foram atribuídas competências e poderes à Autoridade Reguladora Nacional (ARN). Os operadores ficam obrigados a adotar as medidas técnicas e organizacionais adequadas a impedir ou minimizar o impacto dos incidentes de segurança nas suas redes e serviços, devendo notificar o Regulador de todos os incidentes de segurança significativos. Por seu lado, os Reguladores podem impor aos operadores medidas técnicas de execução e compete-lhes definir as condições em que devem ser feitas as notificações de incidentes pelos operadores.

Ainda no período de análise, foi efetuada a cessação das emissões de televisão analógica terrestre. Desde 26 de abril de 2012, o serviço de televisão terrestre deixou de estar disponível por via analógica, passando a estar apenas por via digital (TDT – Televisão Digital terrestre).

Dado o foco no mercado grossista das empresas de telecomunicações do grupo dst, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – Anacom), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 4.º trimestre de 2012, cerca de 3,12 milhões, mais 14 mil assinantes que no trimestre anterior. Quando comparado com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 6,3%, ou seja, 186 mil assinantes.

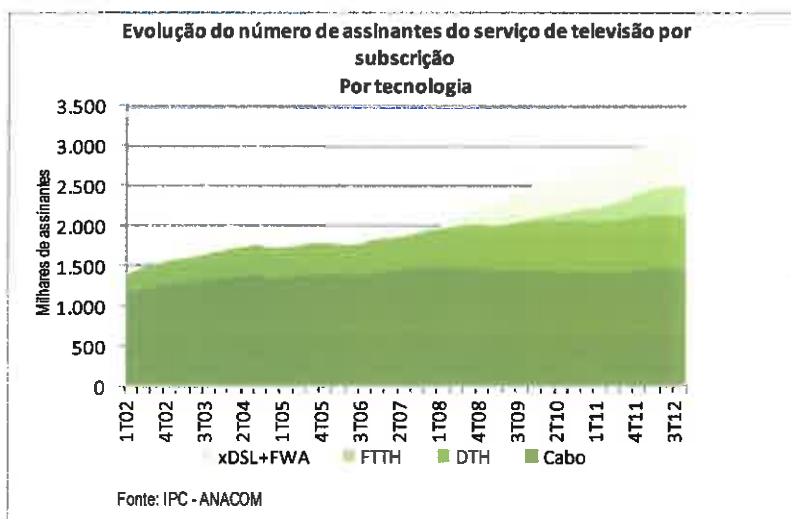
Quadro A – Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

	4T11	4T12	Variação homóloga
Norte	863	930	7,76%
Centro	555	593	6,80%
Lisboa	1 028	1 075	4,64%
Alentejo	190	210	10,62%
Algarve	130	141	8,52%
Região Autónoma dos Açores	84	85	0,97%
Região Autónoma da Madeira	87	88	1,71%
Total	2.936	3 122	6,33%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de assinantes

Ao nível da evolução do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição, as ofertas suportadas em FO (FTTH/B) foram as que mais contribuíram para o crescimento do serviço neste trimestre, 6,2%, com mais 23 mil assinantes. Em variação positiva, 0,8 por cento, também estiveram as ofertas de serviços de televisão suportadas na rede telefónica pública (xDSL) com 5 mil novos assinantes. Neste período, o número de assinantes do serviço de TV por cabo e da tecnologia *direct to home* (DTH) registou uma diminuição de 0,2 e 1,6 por cento, respetivamente.



Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 4T2012 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 46,6% do total de assinantes, o DTH 21,1%, o xDSL 19,6% e a fibra ótica (FTTH/B) 12,6%.

Neste exercício económico em análise, o Grupo ZON/TV Cabo continuou a deter a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 50,2%, seguida da PT Comunicações (PTC) e da Cabovisão com 39,2% e 7,8%, respetivamente. No final do 4T2012, cerca de metade dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 80 canais e cerca de 20,5% tinham acesso a canais *premium*, o que reflete uma diminuição de 5,8 pontos percentuais quando comparado com o mesmo período do ano anterior. (Fonte: IPC – ANACOM)

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM com referência ao quarto trimestre de 2012, verificou-se um crescimento de 6,2% face ao trimestre homólogo anterior, atingindo-se 2,3 milhões de clientes.

Quadro B – Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12	Δ-4T12 vs -4T11	
						unid.	%
Clientes de banda larga (fixa)	2.149	2.188	2.211	2.247	2.286	137	6,4%
Clientes de acesso <i>dial-up</i>	26	26	25	25	25	-1	-4,2%
Número Total de Clientes	2.175	2.214	2.236	2.272	2.311	136	6,2%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de clientes

À semelhança de 2011, a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa continua a ser o ADSL, que representa 45,1% do total com referência ao quarto trimestre de 2012, não obstante ter sofrido uma ligeira quebra de 2,2% face ao período homólogo de 2011. O número de acessos via *modem* cabo ascende a 948 mil, o que representa 39,7% do total de acessos e reflete um aumento de 5% face ao trimestre homólogo anterior. O acesso à Internet suportado em fibra ótica (*FTTH/B*) verificou um aumento de 53,2% face ao mesmo período de 2011, sendo esta a tecnologia que mais tem crescido, e ascende a 362 mil acessos, no final do 4T2012, pelo que representa 15,2% do total do número de acessos à Internet em banda larga.

Quadro C – Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	4T11	3T12	4T12	Δ %	
				4T12/3T12	4T12/4T11
Total de acessos, dos quais:	2.243	2.350	2.391	1,73%	6,58%
Acessos ADSL	1.102	1.083	1.078	-0,48%	-2,17%
% do Total de banda larga fixa	49,14%	46,11%	45,10%		
Acessos modem cabo	903	928	948	2,25%	5,07%
% do Total de banda larga fixa	40,24%	39,47%	39,67%		
Acessos FTTH/B	237	337	362	7,51%	53,17%
% do Total de banda larga fixa	10,55%	14,34%	15,16%		
Outros	1,59	1,96	1,68	-14,51%	5,46%
% do Total de banda larga fixa	0,07%	0,08%	0,07%		

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final do quarto trimestre de 2012, situou-se nos 51,3%, mais 2 pontos percentuais do que no trimestre homólogo anterior.

Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	2011	2012				Δ 4T12 vs 4T11
	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12	
Grupo PT	49,30%	50,00%	50,70%	51,10%	51,30%	2pp
PT Comunicações	47,90%	49,90%	50,60%	51,10%	51,20%	3,3pp
PT Prime	1,40%					-1,4pp
TMN	0,10%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,1pp
Grupo ZON Multimédia / TV Cabo	33,00%	32,80%	32,50%	32,60%	33,00%	0pp
ZON TV Cabo Portugal	30,50%	30,30%	30,10%	30,20%	30,60%	0,1pp
ZON TV Cabo Madeirense	1,60%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	-0,1pp
ZON TV Cabo Açoreana	0,90%	0,90%	0,90%	0,90%	0,90%	0pp
Cabovisão	7,20%	7,10%	7,00%	6,90%	6,70%	-0,5pp
Optimus	5,40%	5,10%	4,80%	4,60%	4,30%	-1,1pp
Vodafone	4,20%	4,20%	4,10%	4,00%	3,90%	-0,3pp
ONITELECOM	0,30%	0,30%	0,30%	0,30%	0,30%	0pp
AR TELECOM	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0pp
Outros Prestadores	0,60%	0,50%	0,50%	0,50%	0,40%	-0,2pp

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: %

Em relação ao número de acessos telefónicos principais, no ano de 2012 registou-se uma variação homóloga de 0,3 por cento no número de acessos telefónicos principais, em especial, o crescimento dos acessos VoIP (+21%), nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de FO (FTTH/FTTB), que aumentaram 54%, e nas redes de TV por cabo (+9 %).

Com referência ao final de 2012, o Grupo PT Comunicações manteve a sua posição face ao período homólogo anterior, sendo a sua quota de clientes de 57,2% neste segmento, o que representa uma diminuição de 1,2 pontos percentuais face a igual período de 2011. O Grupo ZON é o 2.º maior operador, com uma quota de 19,7%, mais 2,3 pontos percentuais do que no quarto trimestre de 2011.

Quadro E – Número de acessos do sistema telefone fixo

	4T11	2T12	4T12	Variação 4T12 / 4T11
Acessos Principais Totais	4.542.561	4.541.065	4.557.974	0,34%
Acessos Analógicos	2.333.777	2.229.734	2.182.970	-6,46%
(dos quais) Postos Públicos	26.645	24.605	23.634	-11,30%
Acessos RDIS e Diginet	647.095	615.878	583.473	-9,83%
Básicos	351.864	329.170	308.068	-12,45%
Primários	288.030	280.080	269.190	-6,54%
Fracionados	3.079	2.993	2.912	-5,42%
Outros acessos digitais	4.122	3.635	3.303	-19,87%
GSM / UMTS	457.902	447.476	456.168	-0,38%
VoIP / VoB	1.103.788	1.247.978	1.335.363	20,98%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: 1acesso

No final de 2012, o mercado continuava expectante sobre a decisão final da ANACOM em relação dos mercados grossistas de acesso à infraestrutura de rede num local fixo (Mercado 4) e de acesso em banda larga (Mercado 5), que são fundamentais para a atividade do grupo dst. O ICP-ANACOM colocou em consulta pública em fevereiro de 2012 um Sentido Provável de Decisão (SPD) relativo à análise dos mercados grossistas de acesso à infraestrutura de rede num local fixo e de acesso em banda larga. A importância desta análise no setor é muito significativa, pois endereça os desenvolvimentos decorrentes da implementação das redes de nova geração em fibra ótica (FO) nas redes de acesso. Não tendo sido tomada uma decisão durante o ano de 2012, assinala-se como principal ponto do SPD, a obrigação de publicação pela PTC de uma oferta de acesso virtual à FO, como medida temporária, enquanto não for possível a desagregação física dos lacetes de FO. No entanto, esta oferta de acesso virtual não terá âmbito nacional, dado que são excluídos 17 concelhos onde o Regulador considera existirem, ou com possibilidade de virem a existir, redes de FO alternativas à do Incumbente.

No que respeita ao preço dos serviços, em abril de 2012 foi imposta uma redução gradual dos preços máximos de terminação, em resultado da consulta pública de um SPD relativo à revisão da obrigação de controlo de preços, imposto nos mercados grossistas de terminação de chamadas vocais em redes móveis individuais.

Em resumo, o ano de 2012 viu-se marcado pela transposição local do quadro regulatório europeu e pela indefinição dos mercados 4 e 5, em simultâneo com a continuação do crescimento operacional dos serviços de internet e de televisão e o lento decréscimo da voz. Apesar do crescimento global, a concorrência e a crise económica levaram a um menor consumo dos serviços mais caros e algum decréscimo no valor unitário de outros serviços, pelo que o mercado, no seu conjunto contraiu.

2 - Atividade da Empresa

2.1 - ORGANIZAÇÃO

A Minhocom, EIM ("Minhocom") foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de Banda Larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de Equal Access Networks, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom, EIM abrange os Municípios: Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo do ano de 2012, e à semelhança dos exercícios anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos).

O excelente desempenho da organização deve-se essencialmente à cooperação dos acionistas, nomeadamente os privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo do ano de 2012.

O Administrador Executivo (AE) é um membro do Conselho de Administração não remunerado. Tem como principal tarefa dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e a elaboração de atas quinzenais, nas quais dá conhecimento aos restantes membros do Conselho de Administração das suas ações no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida.

Adicionalmente, importa dar nota de que se encontra em fase de preparação o processo de fusão da Minhocom e Valicom.

2.2 - CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

O normal funcionamento da atividade da Minhocom, EIM implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, e com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a Empresa tem vindo a apostar na permanente inovação no sentido de otimizar a sua gestão corrente assegurando uma forte contenção de custos.

Apesar disso, a aposta numa gestão otimizada de recursos e na contenção de custos resultou numa redução significativa dos valores previstos em sede de orçamento.

2.3 - TECNOLOGIA

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e sendo a Minhocom, EIM um operador wholesale, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação pelo que a Minhocom continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Ao nível do cumprimento dos SLA "Service Level Agreement", a Minhocom cumpriu os níveis a que se tinha comprometido, conseguindo em muitas situações, ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos.

Durante o ano de 2012 foi dada continuidade ao processo de divulgação e analisadas novas medidas de sensibilização com o intuito de prevenção de cortes da infraestrutura.

2.4 - COMERCIAL e MARKETING

O esforço comercial desenvolvido tem surtido efeito conforme se constata pelo facto de a Empresa ter como clientes, entre outros, três operadores de telecomunicações de nível nacional. O nível de proveitos de exploração apresentou um crescimento significativo face ao ano anterior e é de esperar que em 2013 se intensifique, não obstante a limitação de atuação da Minhocom como prestador wholesale.

Sendo a infraestrutura da Minhocom na sua globalidade em fibra ótica, que segundo dados recentemente publicados pela ANACOM-ICP foi a tecnologia que mais cresceu por forma a suportar a crescente necessidade de maior largura de banda, substituindo o cobre como preferência do mercado empresarial, apresenta-se ao mercado com um produto altamente apetecível.

O alargamento de portfólio de serviços tem permitido à Minhocom ajustar a sua oferta às necessidades do mercado, e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura detida pela Empresa – rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a Empresa manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde e educação, tendo dado contributos importantes para a região nestes dois importantes sectores.

2.5- INVESTIMENTO

No presente período, o investimento efetuado em Edifícios e outras construções foi de 4.137€.

2.6 - RECURSOS HUMANOS

No final do exercício, a empresa mantinha, tal como em 2011, cinco administradores não remunerados. Durante o ano de 2012 foi admitido um novo colaborador.

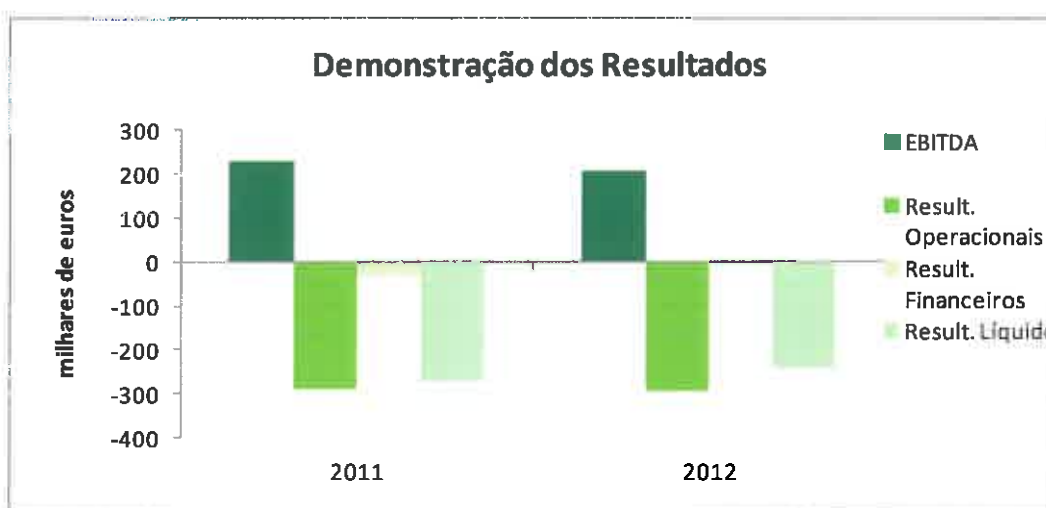
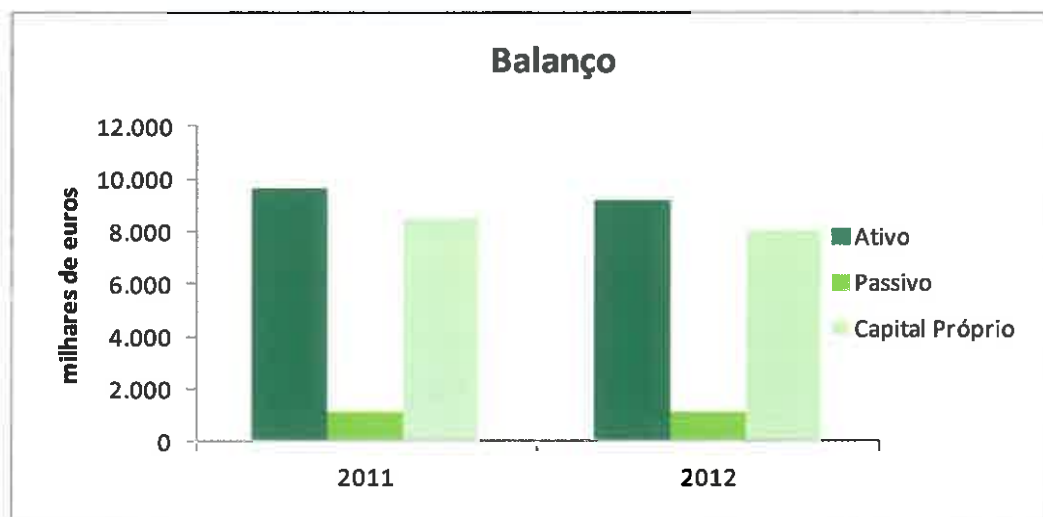
2.7 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis e Clientes, enquanto que no lado do Passivo ressaltam as rubricas Passivos por impostos diferidos, Fornecedores e Diferimentos.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a construção da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. Por seu turno, a rubrica de Ativos intangíveis inclui os programas de computadores necessários para a operacionalidade e exploração da referida rede. A rubrica de Clientes reflete os valores em dívida decorrentes da celebração de contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da rede comunitária.

Na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se registadas as prestações acessórias do sócio privado, que assumem também uma importância relevante nos Capitais Próprios, totalizando 6.479.589 €.

A rubrica Outras variações no capital próprio diz respeito ao subsídio governamental obtido para investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis no âmbito do POS_C, no valor de 4.044.067 €, deduzido dos respetivos passivos por impostos diferidos.



Descrição	2010	2011	2012
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	95.323	226.700	217.264
EBITDA*	95.323	226.700	206.787
Cash-Flow*	-19.961	244.793	258.356
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	78,14%	88,01%	87,99%
Liquidez Geral	8,85%	49,93%	52,15%
Solvabilidade Total	357,48%	733,94%	732,79%

*Valores em euros

A Minhocom, EIM apresenta um bom rácio de autonomia financeira, decorrente das prestações acessórias incorporadas na empresa para fazer face à execução da Rede e do subsídio ao investimento. Esta incorporação permitiu ainda a obtenção de um excelente rácio de solvabilidade.

Em termos de proveitos de exploração em 2012, a empresa aumentou a faturação face ao ano anterior.

Fruto dos factos atrás referidos, bem como do enorme esforço que foi efetuado para manter os gastos de exploração em níveis bastante baixos, a empresa apurou um EBITDA positivo que se cifrou nos 206.787€, decorrente dos serviços prestados e reconhecimento do investimento no período de 2012. O Resultado líquido foi negativo em 242.831 €, decorrente em especial das depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

3 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

4 - Perspetivas Futuras

No decorrer do exercício de 2013 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como entidades locais de papel relevante para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua Rede Privada de nova geração, aproveitem as potencialidades da mesma na sua plenitude e estimulem os seus prestadores de serviços de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da sua empresa intermunicipal.

Adicionalmente, é expectável o aumento gradual do volume de negócios da empresa em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portfólio de serviços disponibilizados.

5 - Ações próprias

No decurso do período de 2012 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2012, a sociedade não detinha ações próprias.

6 - Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2012 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, nem facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7 - Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido negativo do período de 2012, no valor de 242.831,40€ (duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e um euros e quarenta cêntimos), seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

8 - Objetivos e Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros

Para além dos riscos que possam decorrer da desaceleração da economia, não são, nesta altura, previsíveis outros riscos que possam colocar em causa a atividade ou materialização dos objetivos expectáveis para a Entidade.

9 - Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

10 - Nota Final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a empresa. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 28 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*




António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*



António Pereira Júnior; *Vogal*



Hermâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*

B) Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2012

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	9 030.132,74	9.416 777,23
Ativos intangíveis	8	37.843,67	148 249,68
Ativos por impostos diferidos		1 255,12	1 255,12
		9.069.231,53	9.566.282,03
Ativo corrente			
Clientes	9	97 523,97	38.394,05
Estado e outros entes públicos	11	3.000,00	2.000,00
Outras contas a receber	10	2 199,56	35.337,89
Diferimentos	12	4.113,09	-
Caixa e depósitos bancários	4	8.004,07	37.372,15
		114 840,69	113 104,09
Total do ativo		9.184.072,22	9.679.386,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	6 479 588,53	6 479.588,53
Resultados transitados		(796.446,75)	(471.473,22)
Outras variações no capital próprio	18	2.590.954,41	2 733.992,37
Resultado líquido do período		(242.831,40)	(273.402,09)
Total do capital próprio		8 081.264,79	8.518.705,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	17	882.582,32	934.153,75
		882.582,32	934.153,75
Passivo corrente			
Fornecedores	15	76.169,10	88.319,28
Estado e outros entes públicos	11	11 918,18	5.533,03
Outras contas a pagar	16	54.065,04	56.041,17
Diferimentos	12	78.072,79	76.633,30
		220.225,11	226.526,78
Total do passivo		1.102.807,43	1.160.680,53
Total do capital próprio e do passivo		9.184.072,22	9.679.386,12

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz

Handwritten signatures and notes:
 António José Gonçalves
 António José Gonçalves
 António José Gonçalves
 António José Gonçalves

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2012

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	19	126.643,11	83.142,01
Fornecimentos e serviços externos	20	(110.488,44)	(90.508,67)
Gastos com o pessoal	21	(10.476,77)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	-	(11.115,96)
Outros rendimentos e ganhos	23	201.556,54	234.248,18
Outros gastos e perdas	24	(447,13)	(182,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		206.787,31	215.583,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	(501.187,65)	(507.079,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(294.400,34)	(291.496,00)
Juros e gastos similares suportados	26	(2,50)	(34.732,66)
Resultado antes de impostos		(294.402,84)	(326.228,66)
Imposto sobre o rendimento do período		51.571,44	52.826,57
Resultado líquido do período		(242.831,40)	(273.402,09)
Resultado por ação		(24,28)	(27,34)

O Conselho de Administração,

Handwritten signature

O Técnico Oficial de Contas,

Handwritten signature

Handwritten notes:
 Havia posições bancárias fixas
 -
 A - m - A -

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2011

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2011		50.000,00	5.424.573,75	-	(68.765,74)	2.877.030,32	(351.136,03)	7.931.702,30
Alterações no período		-	-	-	(351.136,03)	-	351.136,03	-
Aplicação do resultado de 2010		-	-	-	-	-	-	-
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	-	(194.609,40)	-	(194.609,40)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	(51.571,45)	51.571,45	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(402.707,48)	(143.037,95)	351.136,03	(194.609,40)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(273.402,09)	(273.402,09)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(273.402,09)	(273.402,09)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão		-	1.055.014,78	-	-	-	-	1.055.014,78
Outras operações		-	1.055.014,78	-	-	-	-	1.055.014,78
Posição em 31 de Dezembro de 2011		50.000,00	6.479.588,53	-	(471.473,22)	2.733.992,37	(273.402,09)	8.518.705,59

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Susane Queiroz

M. A. S. A.
manuêla
A - ah - a -

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2012

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2012		50.000,00	6.479.588,53	-	(471.473,22)	2.733.992,37	(273.402,09)	8.518.705,59
Alterações no período		-	-	-	(273.402,09)	-	273.402,09	-
Aplicação do resultado de 2011		-	-	-	-	(194.609,40)	-	(194.609,40)
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	(51.571,44)	51.571,44	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(324.973,53)	(143.037,96)	273.402,09	(194.609,40)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(242.831,40)	(242.831,40)
Resultado integral		-	-	-	-	-	(242.831,40)	(242.831,40)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de Dezembro de 2012		50.000,00	6.479.588,53	-	(796.446,75)	2.590.954,41	(242.831,40)	8.081.264,79

O Conselho de Administração,

Susana Queiroz

Pr. Filipe A.

Itamari José Lourenço Pereira
 Presidente, E.M. *Itamari*
A - 11 - 0 - 1

[Handwritten signature]

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2012

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		115.266,20	165 185,83
Pagamentos a fornecedores		(125 782,37)	(84 679,94)
Pagamentos ao pessoal		(8.111,55)	-
Caixa gerada pelas operações		(18.627,72)	80 505,89
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.000,00)	(1.000,00)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		(19.627,72)	79.505,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7.538,30)	(1.058 189,19)
Ativos intangíveis		-	(2.500,00)
		(7.538,30)	(1.060.689,19)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(7.538,30)	(1.060.689,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	1.055.014,78
		-	1.055.014,78
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(2.202,06)	(40.743,95)
		(2.202,06)	(40.743,95)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(2.202,06)	1.014.270,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)			
		(29.368,08)	33.087,53
Caixa e seus equivalentes no início do período		37.372,15	4.284,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8.004,07	37.372,15

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

António Augusto
António Augusto
 Mithocom, E.M.
António Augusto
António Augusto

Susana Queiroz

Anexo em 31 de dezembro de 2012

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de Março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da Entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As referidas normas do Sistema de Normalização Contabilística estão reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Entidade, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas abaixo.

3.1. Bases de Apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou periodização económica)

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são reconhecidas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação Comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2012 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas, a partir do método de linha reta, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela Entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	3 a 8	12,5 a 33,33
Equipamento administrativo	3	33,33

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir da entrada em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo reconhecidas na demonstração de resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a totalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica Rendimentos a reconhecer sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e Apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, designadamente com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações e amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciables (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos lucros tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

As declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2009 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo acima referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2012 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores. Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010 e término em 2014.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão de Gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários tem a seguinte decomposição:

	2012	2011
Caixa	13,00	13,00
Depósitos bancários	7 991,07	37 359,15
Total de caixa e depósitos bancários	8.004,07	37.372,15

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da Entidade, com valor superior a 20%, as seguintes pessoas coletivas:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
DSTelecom, S.A.	48%

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2012 foram 1.230,00 euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

7. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência aos períodos de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9 199 234,24	861.988,19	2.055,74	8.785,04	10.072 063,21
2 Amortizações acumuladas iniciais	458.057,37	196.086,53	1.142,08	-	655.285,98
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.741.176,87	665.901,66	913,66	8.785,04	9 416 777,23
5 Movimentos do período. (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(268.181,20)	(117.778,04)	(685,25)	-	(386.644,49)
5.1 Total das adições	4.137,15				4.137,15
Aquisições em 1.ª mão	4.137,15				4.137,15
5.2 Total das diminuições	272.318,35	117.778,04	685,25		390.781,64
Depreciações	272.318,35	117.778,04	685,25		390.781,64
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8 472.995,67	548.123,62	228,41	8.785,04	9.030.132,74

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à única atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção da Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

8. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência aos períodos de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4	Quantia bruta escriturada inicial	331.218,04 331.218,04
5	Amortizações acumuladas iniciais	182.968,36 182.968,36
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	148.249,68 148.249,68
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + ... + 8.6)	(110.406,01) (110.406,01)
8.1	Total das adições	- -
8.2	Total das diminuições	110.406,01 110.406,01
	Amortizações	110.406,01 110.406,01
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	37.843,67 37.843,67

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica de Clientes apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Clientes c/c	97.523,97	38.394,05
Clientes de cobrança duvidosa	11.115,96	11.115,96
	<u>108.639,93</u>	<u>49.510,01</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(11.115,96)	(11.115,96)
	<u>97.523,97</u>	<u>38.394,05</u>

Em 31 de dezembro de 2012, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	Valor
Reclamadas judicialmente	11.115,96
	<u>11.115,96</u>

10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	1.940,74	1.933,99
Outros	-	33.403,90
	<u>1.940,74</u>	<u>35.337,89</u>
Outros devedores	258,82	-
	<u>2.199,56</u>	<u>35.337,89</u>

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Ativo		
Imposto sobre rendimento	3.000,00	2.000,00
	3.000,00	2.000,00
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimento	25,00	-
Imposto sobre o valor acrescentado	11.495,51	5.533,03
Contribuições para a Segurança Social	397,67	-
	11.918,18	5.533,03

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Gastos e Rendimentos a reconhecer apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	213,63	-
Seguros	3.899,46	-
	4.113,09	-
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	78.072,79	76.633,30
	78.072,79	76.633,30

13. Capital realizado

O capital societário da entidade manteve-se inalterado, sendo constituído por 10.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

14. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se registadas as prestações suplementares efetuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros e que o Órgão de Gestão considera que as mesmas não se qualificam como passivo.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Fornecedores c/c	76.169,10	88.319,28
	76.169,10	88.319,28

16. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	648,52	-
Fornecedores de investimentos	-	3.401,15
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	-	1.068,57
Remunerações a pagar	1.294,03	-
Fornecimentos e serviços externos	551,05	-
	<u>1.845,08</u>	<u>1.068,57</u>
Passivos por impostos diferidos	51.571,44	51.571,45
	<u>54.065,04</u>	<u>56.041,17</u>

17. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos apresentava a seguinte composição:

	01.01.2012		Variação		31.12.2012	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites	4.736,30	1.255,12	-	-	4.736,30	1.255,12
	<u>4.736,30</u>	<u>1.255,12</u>	-	-	<u>4.736,30</u>	<u>1.255,12</u>
Não Corrente		1.255,12				1.255,12
Corrente		-				-
Passivos por impostos diferidos						
Subsidio investimento	3.719.717,57	985.725,20	(194.609,21)	(51.571,44)	3.525.108,36	934.153,76
	<u>3.719.717,57</u>	<u>985.725,20</u>	<u>(194.609,21)</u>	<u>(51.571,44)</u>	<u>3.525.108,36</u>	<u>934.153,76</u>
Não Corrente		934.153,75				882.582,32
Corrente		51.571,45				51.571,44

18. Subsídios e Apoios do Governo

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica Outras variações no capital próprio e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2012, o valor reconhecido, foi de 194.609,40€

19. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as rubricas de vendas e serviços prestados apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2012			2011		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	126.643,11	-	126.643,11	83.142,01	-	83.142,01
	126.643,11	-	126.643,11	83.142,01	-	83.142,01

20. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Subcontratos	10.695,96	8.740,42
Eletricidade	15.744,09	13.337,56
Combustíveis	-	933,20
Material escritório	160,00	104,30
Rendas e alugueres	147,21	-
Comunicação	196,15	208,09
Seguros	4.901,42	1.068,57
Contencioso e notariado	-	535,50
Conservação e reparação	4.756,20	720,32
Limpeza, higiene e conforto	-	75,00
Vigilância e segurança	-	44,39
Trabalhos especializados	73.689,41	64.622,32
Outros FSE	198,00	119,00
	110.488,44	90.508,67

21. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

21.1. Pessoas ao serviço

	2012	2011
Administradores	5	5
Empregados	1	-
	<u>6</u>	<u>5</u>

21.2. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Remunerações do pessoal	8.578,31	-
Encargos sobre remunerações	1.814,82	-
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	83,64	-
	<u>10.476,77</u>	<u>-</u>

22. Imparidade de dívidas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012			2011		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	-	-	-	(11.115,96)	-	(11.115,96)
	-	-	-	(11.115,96)	-	(11.115,96)

23. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Rendimentos suplementares	6.947,12	39.638,78
Subsídios ao investimento	194.609,40	194.609,40
Outros rendimentos e ganhos	0,02	-
	201.556,54	234.248,18

24. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Impostos e taxas	401,20	176,80
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,02	-
Correções relativas a períodos anteriores	40,69	-
Serviços bancários	5,20	5,20
Outros gastos e perdas	0,02	-
	447,13	182,00

25. Gastos e reversões de depreciações e amortizações

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012			2011		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Ativos fixos tangíveis	(390.781,64)	=	(390.781,64)	(397.159,66)	-	(397.159,66)
Ativos intangíveis	(110.406,01)	-	(110.406,01)	(109.919,90)	-	(109.919,90)
	(501.187,65)	-	(501.187,65)	(507.079,56)	-	(507.079,56)

26. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2012	2011
Juros de mora e compensatórios	2,50	34.732,66
	2,50	34.732,66

27. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

28. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

29. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

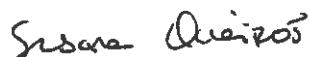
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão a 28 de fevereiro de 2013.

Valença, 28 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração,


José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

O Técnico Oficial de Contas,



Susana Maria Macedo Queirós


António Abílio Pereira Torres; *Vogal*


José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*


António Pereira Junior; *Vogal*


Hermâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*

C) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 9.184.072,22 euros e um total de capital próprio de 8.081.264,79 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 242.831,40 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual de Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, em 31 de dezembro de 2012, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 13 de março de 2013.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães - R.O.C.
inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148
NIPC 503 95 910 - Capital Social 7.500 euros

Escritórios
Rua do Morgante de Braga - Edifício A
Av. D. João V n.º 404 - 4.º Piso - Estarreja 47
Zona Industrial - 4750-010 Estarreja - Portugal
Tel: +351 252 251 152 - Fax: +351 252 251 155

Av. 21 de Janeiro n.º 31 - R.O.
1145-042 Braga - Portugal
Tel: +351 251 4243 091 - Fax: +351 251 4243 270

D) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2012.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Regime Jurídico da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas (sem reservas e sem ênfases) com data de 13 de março de 2013.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2012, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 13 de março de 2013.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

JUAGUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, S.P.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
NIPC: 503 951 9831 Capital Social: 7 500 euros
www.jmm.com

Escritórios
Voto do Niquitos de Braga, Edifício A
Av. D. João I, nº 104, 4.º Piso Escal. nº 42
4710-052, 4710-090 Braga, Portugal
Tel: +351 253 243 631 Fax: +351 253 243 621

jmm
Av. 21 de Junho, n.º 31, 6.º C
4715-050 Braga, Portugal
Tel: +351 253 243 631 Fax: +351 253 243 621

E) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: José Gonçalves Teixeira

VOGAL: António Abílio Pereira Torres

VOGAL: José Manuel Vaz Carpinteira

VOGAL: António Pereira Júnior;

VOGAL: Hernâni José Gonçalves Teixeira

MESA DE ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE: José Emílio Pedreira Moreira

VICE-PRESIDENTE: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

SECRETÁRIO: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,
representado por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159).

F) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2012, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer ações da sociedade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2012, de pelo menos um décimo do capital:
 - i. Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
 - ii. Dstelecom, S.A., com 48,49% do capital.

Valença, 28 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração.



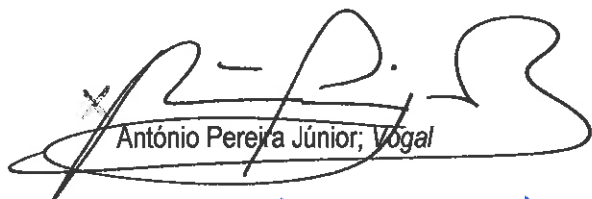
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*



António Pereira Júnior; *Vogal*



Hernâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*